

PATRIMONIALIZAÇÃO E PATRIMONIALIDADE EM GRAVATAÍ: REPRESENTAÇÕES DO PASADO E ALTERNATIVAS PARA O FUTURO

HELENA THOMASSIM MEDEIROS¹; DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA²;
DIEGO LEMOS RIBEIRO³

¹Universidade Federal de Pelotas – helena_tm@outlook.com

² Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – dirmuseologo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo destina-se à apresentação de uma tese de doutorado em desenvolvimento dentro do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A pesquisa tem como tema o patrimônio na cidade de Gravataí, a narrativa construída sobre o passado, suas lacunas e conflitos; o discurso autorizado desse patrimônio versus a história da cidade, e a perda iminente destes bens; diferentes olhares e patrimonialidades latentes.

O problema de pesquisa consiste em entender quais são as lacunas deixadas pelo processo de patrimonialização. E, partindo do pressuposto de que os discursos sobre o passado não encontram ressonância, buscar entender quais seriam as narrativas e espaços dotados de patrimonialidade.

Gravataí é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, representa uma das maiores economias do Rio Grande do Sul. Começou a ser povoada no século XVIII, quando a região pertencia à cidade de Viamão. Quando a capital gaúcha se separou, o território de Gravataí tornou-se porto alegreense, sendo emancipado em 1880.

No final das Guerras Guaraníticas, índios sobreviventes vieram para a região, tendo um importante papel para sua história e para a formação de sua população. Sabe-se também que muitas pessoas escravizadas de origem africana também foram trazidas, junto com os colonizadores europeus.

Considerando que muitas vezes os bens patrimoniais são utilizados enquanto mecanismos que reforçam uma narrativa parcial sobre o passado, a partir do panorama histórico de ocupação desta cidade questionamos se os bens patrimonializados encontram relação com esse passado.

Identificamos seis locais tombados em esfera municipal: o Casarão dos Fonseca, onde funciona a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), prédio cedido pelos herdeiros a este grupo voltado à preservação e divulgação da cultura açoriana; as casas ocupadas pelo Museu e Arquivo Histórico, que aguarda reformas; o Casarão dos Bina, em severo estado de deterioração; a Atafona do Xará, que até o momento, não encontramos registros sobre o estado atual; a Fonte do Forno; a fachada da Prefeitura Municipal.

Ao analisarmos estes bens percebemos uma forte influência na narrativa construída, vinculada a espaços de poder simbólico e institucional.

Além destes há no município o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Aldeia dos Anjos, declarado como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul em 2006. No mesmo ano em que esse CTG foi fundado, 1956, também é criado o Clube Social

6 de Maio, que é a primeira entidade ligada ao Movimento Negro na cidade e é criada em resposta a segregação sofrida por essas pessoas em espaços de sociabilidade.

Em 2020, com a captação de recursos da Lei Aldir Blanc em Gravataí, percebemos a criação de projetos que abarcam tanto esse discurso oficial sobre o passado quanto narrativas ainda pouco exploradas, como o Quilombo Manuel Barbosa. Dentro dessa perspectiva, é possível que existam outras visões sobre o passado que ainda não encontraram ressonância das representações oficiais desta história.

O patrimônio se situa em um campo de disputas políticas, identitárias, sendo imbuído pela responsabilidade de representar o passado e transmiti-lo ao futuro. Deste modo, analisar os discursos construídos a partir da patrimonialização de bens e identificar a patrimonialidade de outros, poderia trazer novas perspectivas e apropriações para as gerações futuras.

2. METODOLOGIA

Seguindo uma abordagem qualitativa para o levantamento dos dados, far-se-á uso de documentação indireta através de fonte primária – considerando o uso de entrevistas e jornais – e secundária, por meio da pesquisa bibliográfica.

A análise de conteúdo (AC) e a do discurso (AD) parecem ser recursos interessantes para utilizar na presente pesquisa, posto que se aplicam a compreensão da comunicação objetiva e subjetiva. A primeira, seria útil na abordagem mais factual, auxiliando na categorização e decodificação documental. A segunda, utiliza a tríade ideologia, história e linguagem, ela “não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.682). Deste modo, compreendemos que o patrimônio exige uma relação entre a memória e a identificação social, passando, portanto, pela comunicação, sejam em escala individual ou institucional.

Os métodos de **observação** e **descrição densa** também serão utilizados. Considerando que “[...] quando se observa algo pela primeira vez, inicialmente são retidos os aspectos mais impressionantes do observado. Se o comportamento não for visto outras vezes, pontos mais detalhados poderão passar despercebidos.” (BELEI; et al, 2008, p.192), sendo essa técnica importante para percebermos o patrimônio da cidade além do que já está institucionalizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dois conceitos fundamentais para esta pesquisa são patrimonialidade e patrimonialização, apresentados por Dominique Poulot (2009). O primeiro serviria para “[...] designar a modalidade sensível de uma experiência do passado [...] encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diversos níveis [...]” (POULOT, 2009, p.28) A patrimonialização, por sua vez, seria a institucionalização deste bem, selecionando aqueles que representariam a história que se quer contar sobre uma nação.

Davallon, ao abordar a construção de status patrimonial dos objetos, cita cinco “gestos” de patrimonialização, que levam a percepção de um bem enquanto patrimônio: o interesse de um grupo amplo e/ou organizado; estudos sobre os bens, reconhecendo seu valor; declaração de patrimonialidade feita por grupos autorizados; acesso por parte da comunidade; heranças deixadas para as futuras gerações. A passagem por esses processos colocaria este bem “[...] aparte de los objetos ordinarios.” (2014, p.57).

Antonio G. Vergara (2012), ao analisar a trajetória do Museu Municipal aponta que entre as décadas de 1980 e 1990 “Havia uma cooperação de cunho cultural e financeiro por parte dos Açores para instrumentalizar casas de cultura e museus. [...] os municípios “escavavam” na sua História movimentos culturais que os aproximavam das ilhas [...]” (VERGARA, 2012, p.98). Além desta questão, o autor reforça que:

Além da memória açoriana envolvida nesse embate dentro do museu, tem-se também a cristalização do guarani missioneiro (cristianizado). Esse congelamento se deu de várias formas, através dos livros e, principalmente, por meio da oralidade presente no Circuito Cultural. (VERGARA, 2012, p.100)

Percebemos que a narrativa que os estes bens patrimoniais constroem e deixam como legado fortemente atrelada a um passado católico e europeu.

Uma das premissas desta pesquisa é a de que em Gravataí não são percebidos o acesso e procura continua por parte da população ao patrimônio institucionalizado. Considerando que todos os bens tombados em escala municipal datam dos anos de 2004 e 2005, representam também o desenrolar do período citado por Vergara (2012).

Podemos supor que a narrativa formulada na patrimonialização destes bens estaria atrelada ao que Smith (2009) descreve como “Authorized Heritage Discourse” (AHD), ou o Discurso Autorizado do Patrimônio. Neste contexto se exclui narrativas dissonantes a fim de gerar uma imagem “confortável” sobre o passado, assimilando-o a perspectiva dos grupos dominantes.

Candau defende que o patrimônio seria uma dimensão da memória e que essa “[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade. (CANDAU. 2011. p.16)”. Sendo assim, se a população não se identifica, desconhece ou não faz uso de um bem patrimonial, poderíamos considerar que houve uma falha neste processo e que a identificação de patrimonialidades latentes auxiliaria a reverter tal quadro.

Pollack (1992) comenta sobre o “trabalho de enquadramento da memória” no qual privilegiamos uma perspectiva do passado em detrimento de outra, a fim de, muitas vezes, construir uma imagem hegemônica. Ao selecionarmos um bem e o “elevarmos” a categoria de patrimônio escolhemos uma perspectiva, selecionamos o que queremos transpor ao “tempo sagrado”.

Ao analisarmos o atual estado e uso de diversos bens considerados patrimônio da cidade de Gravataí - que possui em sua história vinculados com um passado indígena e negro – percebemos reflexos destas complexas relações estabelecidas entre passado, sua preservação na forma de patrimônio e a colonialidade do pensamento.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa encontra-se em processo, sendo assim, desenvolvemos a hipótese de que a patrimonialização é o resultado de um processo de seleção que serve a determinados interesses. Em Gravataí o discurso oficial fala sobre um passado ligado a herança europeia, em especial açoriana, e católica.

Contudo, há várias cidades em uma, portanto, pode haver patrimonialidade nas narrativas dissonantes, nas diferentes vivências. Até o momento acreditamos que algumas dessas lacunas passam pela questão do quilombo e dos descendentes de pessoas escravizadas; dos trabalhadores que vieram no processo de industrialização; dos movimentos sindicais; do patrimônio escolar; da religiosidade.

A análise dessa cidade, dos processos envolvendo a seleção de seu patrimônio e os discursos formulados ao redor destes servem também um estudo de caso para compreendermos questões frequentemente levantadas por aqueles que se dedicam a áreas interseccionadas à temática do patrimônio, tendo em vista o descaso com o mesmo e a falta de apropriação das comunidades detentoras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016, 1ed., 3º reimpressão, 224 p.

DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. In: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; MÁRMOL, Camila del. *Construyendo el patrimonio cultural y natural: parques, museos y patrimonio rural*. Editorial Gemanía, 2014, p. 47-76.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

SMITH, Laurajane. *Class, heritage and the negotiation of place*. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_placehttps://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

VERGARA, Antonio Gabriel. *Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. Pelotas, 2012, 120 p.